

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.259 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2001



Para Ricardo Santos, é preciso buscar um sistema tributário mais racional

## Ricardo Santos sugere menor número de tributos

PÁGINA 7



A proposta de emenda constitucional apresentada por Parga aperfeiçoa a atual CPMF

## Parga defende imposto sobre movimentação financeira

PÁGINA 7



Hartung: ministro deve esclarecer as ações do governo para evitar o racionamento de energia

## Hartung propõe convocação do ministro de Minas e Energia

PÁGINA 8

## Plenário discute aplicação de fundos constitucionais em infra-estrutura

Proposta de emenda constitucional de autoria de Luiz Otávio determina que parte dos recursos seja destinada ao financiamento de projetos por intermédio dos governos estaduais. Objetivo é obter maior eficiência, contemplando, por exemplo, melhorias nos sistemas de transporte e energia.

PÁGINA 3



### Ex-juiz e contador do Vasco serão ouvidos hoje

PÁGINA 3



### CPI realiza novas audiências em Campinas (SP)

PÁGINA 3

## CI AVALIA ACIDENTE COM PLATAFORMA DA PETROBRAS

PÁGINA 5



**A** comissão do Congresso que examina a medida provisória referente ao manejo florestal na região Norte (*foto*) e no norte da região Centro-Oeste reúne-se hoje para definir o cronograma de trabalho. A MP prevê a preservação de 80% das propriedades na Amazônia Legal e de 20% em florestas de outras regiões.

PÁGINA 3

### Conselho ouve procuradores em reunião secreta

PÁGINA 4



Jader Barbalho

### Jader quer votar reforma do Judiciário e limite às MPs

Presidente do Senado reúne lideranças para discutir como acelerar votação de projeto sobre MPs e proposta de reforma do Judiciário.

PÁGINA 2

# Jader defende votação da reforma do Judiciário e de limites às MPs

O tema será discutido com os líderes dos partidos, em reunião marcada para as 18h de hoje. Presidente do Senado também admite assinar requerimento de CPI para apurar corrupção

O presidente do Senado, Jader Barbalho, marcou para as 18h de hoje reunião de todas as lideranças para discutir a necessidade de acelerar a votação do projeto que disciplina a edição de medidas provisórias. A proposta já foi aprovada no Senado e aguarda decisão da Câmara.

— Vou discutir a questão com o deputado Aécio Neves (*presidente da Câmara dos Deputados*). Este é um compromisso. Vamos também reunir as comissões para verificar a pauta e colocar em votação a emenda sobre o Poder Judiciário — afirmou. Jader disse que é preciso traba-

lhar e não perder mais tempo com o que chamou de “resquícios da campanha eleitoral”. Ele qualificou como “café requentado” as denúncias divulgadas pela imprensa contra ele e alguns de seus aliados. Esclareceu ainda que, embora sua tendência seja de assinar o requerimento de CPI para apurar os fatos, consultará o partido primeiro.

— Vamos tratar de coisa séria. Já basta de mexerico e conversa fiada. É quase um ano de mexerico e conversa fiada aqui dentro. Precisamos trabalhar, e não perder tempo com resquícios da campanha eleitoral aqui no Sena-

do. O resto, tudo isso que aí está, é crise requentada, mais nada do que isso, requentada de 11 meses de campanha, por quem não se conforma com a decisão, que não foi da maioria simples não, foi de maioria absoluta — afirmou.

Jader explicou que ainda vai examinar o pedido de constituição de CPI para ver se efetivamente há fatos determinados e de relevante interesse para o país, e também ouvirá o PMDB, especialmente em relação à posição do presidente da República, contrária à instalação da comissão.



Jader Barbalho: “Vamos tratar de coisa séria. É quase um ano de mexerico e conversa fiada aqui dentro”

## CAE debate dolarização e problemas econômicos do continente americano

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) convocou os senadores a comparecerem ao seminário *Dolarização x Pluralismo Monetário nas Américas: a controvérsia vista do Brasil*. No encontro, que se realizará quinta-feira na sala 19 da Ala Alexandre Costa, serão discutidas questões ligadas à dolarização e à possibilidade de se adotar uma moeda única no Mercosul. Também estarão em debate os problemas econômicos do continente que podem ameaçar a estabilidade financeira do Brasil.

Durante a manhã, a mesa do seminário será presidida por Cabral e, à tarde, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Entre os convidados, está o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga.

Os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Ademir Andrade (PSB-



Cabral convocou os senadores para participarem do seminário, que se realizará quinta-feira

PA) parabenizaram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pela iniciativa de promover o seminário. Os dois acreditam que, em função da crise que a Argentina atravessa, é necessário que a sociedade se empenhe para apresentar soluções e propostas.

## Cabral faz críticas à atuação de madeireiras na região amazônica

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) criticou a atuação devastadora de algumas madeireiras na região amazônica, mas reconheceu a importância delas como geradoras de empregos. Estudos revelam que existem na Amazônia mais de 3 mil serrarias, a maioria de pequeno porte, destacou o senador.

Para ele, ao contrário do que os meios de comunicação dão a entender, os mais de 20 milhões de metros cúbicos de madeira que saem todo ano da região com destino ao Sul do país não resultam da ação de grandes empresas. “Estas estão sob vigilância dos órgãos competentes e chegam a operar no prejuízo”, afirmou. O senador estranha que as menores não sofram a mesma fiscalização.

Há estimativas de que só em 1994 as serrarias do Pará geraram quase 30 mil empregos, disse o senador.

Mas ele ressaltou que a maioria dessas serrarias desapareceu. Além de desempregados, lamentou Cabral, “deixaram também um cenário desolador”. Manaus, acrescentou, é um exemplo de cidade onde não se encontra mais madeira nobre em suas redondezas.

Para o senador, não se deve cobrar responsabilidade apenas por parte do governo brasileiro em relação à região. “As empresas têm que ter preocupações ambientais”, defendeu. Dessa forma, seria possível acabar com a exploração predatória da madeira e promover o desenvolvimento sustentado.

Cabral disse considerar imprescindível que seja instalada o quanto antes a CPI — cuja constituição já foi aprovada pelo Senado — para investigar o trabalho das ONGs, inclusive daquelas que colaboram para a devastação da floresta.

### AGENDA

TERÇA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2001

Presidente  
Senador Jader Barbalho

11h — Instalação da comissão organizadora das comemorações do 1º centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek. *Memorial JK*  
12h — Recebe Wan Yongxiang, embaixador da República Popular da China  
12h30 — Recebe Augustin Espinosa, embaixador do Uruguai no Brasil  
14h30 — Recebe Lourdes Flores, candidata a presidente do Peru  
15h — Recebe concorrentes ao concurso Miss Brasil 2001  
18h — Reunião com líderes do Senado e da Câmara

#### PLENÁRIO

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*  
Pauta: 1º dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99, que trata do financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; votação em turno suplementar do substitutivo do Senado ao PLC nº 47/94, que dispõe sobre a atividade de técnico em segurança patrimonial; PLC nº 27/95, que dispõe sobre o acesso de entidades sindicais às informações provenientes de registros administrativos; e atos de renovação e outorga de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão.

#### COMISSÕES

10h — *Comissão de Serviços de Infra-Estrutura*  
Pauta: acidente na plataforma da Petrobras (P-36). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*  
17h — *Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2080-60*, que altera o Código Florestal  
Pauta: estabelecer cronograma de trabalho. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*  
Após a *Ordem do Dia — CPI do Futebol*  
Pauta: depoimento do contador do Vasco, Vanderlei Doring, e do ex-juiz de futebol José Carlos Santiago de Andrade. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

#### PREVISÃO

##### PLENÁRIO

Quarta-feira  
14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*  
Hora do Expediente: comemoração do centenário de nascimento do ex-senador Argemiro de Figueirêdo, nos termos dos Requerimentos nºs 66 e 89, de 2001, de autoria de Ronaldo Cunha Lima e outros.  
Pauta: 2º dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99; PLC nº 31/95, que altera o CLT (jornada de trabalho); PLC nº 59/95, que cria o Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira; PLS nº 113/2000, que torna inelegível aquele cuja prestação de contas tenha sido rejeitada; e atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão.

##### Quinta-feira

10h — *Sessão deliberativa ordinária*  
Pauta: 3º dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99; PLC nº 72/95, que disciplina os anúncios de oferta de emprego; PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; PLC nº 50/98, que trata da inclusão das horas extras habituais no aviso prévio; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio; e PDLs aprovando atos de renovação e outorga de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

##### Sexta-feira

9h — *Sessão não deliberativa*

#### COMISSÕES

Quarta-feira  
10h — *Reunião secreta do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar*  
Pauta: depoimento dos procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Comissão discute manejo florestal nas regiões Norte e Centro-Oeste



Jonas Pinheiro preside a comissão que analisa a MP

A comissão responsável pelo exame da Medida Provisória 2.080-60, que trata do manejo florestal na região Norte e no norte da região Centro-Oeste, reúne-se hoje para traçar o cronograma de trabalho a ser executado nessa sessão legislativa.

Segundo a assessoria do presi-

dente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), o relatório da matéria, a cargo do deputado Moacir Micheleto (PMDB-PR), ainda está sendo elaborado, e não há prazo para ser votado.

Os diversos setores interessados no debate do assunto continuam a ser consultados, principalmente em relação à área das fazendas que deve ser preservada.

A medida provisória prevê a preservação de 80% da extensão das propriedades nas florestas da Amazônia Legal e 20% em florestas de outras regiões do país.

## Parlamentares programam novas audiências em Campinas

Os parlamentares que integram a comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país



farão nova viagem a Campinas-SP com o objetivo de realizar diligências e audiências públicas. A cidade, considerada uma das bases do crime organizado no país, será visitada nos dias 29 e 30 de março. Antes, no dia 27, a CPI ouvirá, em Brasília, o prefeito da cidade de Amapá do Maranhão (MA), Aveny Andrade Pacheco, que não depôs durante os dias em que membros da comissão estiveram em São Luís. Ele é acusado de envolvimento com quadrilhas de roubo de cargas.

No Maranhão, onde esteve entre 15 e 17 de março, a CPI ouviu empresários, policiais, presidiários e políticos, como os prefeitos das cidades de Vitorino Freire, Nova Olinda e Presidente Sarney. Os prefeitos também são acusados de integrar as quadrilhas que atuam na região.

A comissão recebeu inúmeras denúncias e confrontou os depoimentos de oito pessoas com o do detento Jorge Méres, que vem colaborando com as investigações. O

empresário William Sozza, apontado como um dos cabeças do roubo de cargas no país, apesar de encontrar-se preso na capital do Maranhão, se recusou a colaborar com a CPI.

Segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, vários depoentes sofreram intimidação durante as audiências na Assembléia Legislativa, o que obrigou a CPI a tomar de forma sigilosa os testemunhos dos ex-policiais



Antônio Lisboa e Antônio Carlos Maia, que se recusaram a cooperar com a comissão. Antes, eles haviam denunciado os ex-deputados estaduais José Gerardo de Abreu e Francisco Caíca e o empresário Joaquim Lauristo.

Conforme dados de associações de empresas transportadoras, o roubo de cargas em rodovias brasileiras provoca prejuízos da ordem de meio bilhão de reais por ano.

Tuma: depoentes sofreram intimidação no MA

## Aprovado requerimento de pesar pela morte de ex-deputado do Acre



O senador Nabor Júnior foi o autor do requerimento

O Senado aprovou ontem requerimento, do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual do Acre Guilherme Zaire, falecido no dia 14 de março, na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontrava em tratamento de saúde. De acordo com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família e ao estado do Acre.

Ao encaminhar o requerimento, Nabor lembrou sua atuação destacada na Assembléia Constituinte do Acre, que elaborou a primeira Constituição do estado, promulgada no dia 1º de março de 1963. Além de político, Guilherme Zaire foi comerciante e seringueiro.

# Plenário examina alteração nos fundos constitucionais

Emenda do senador Luiz Otávio eleva recursos investidos, por meio de instituições estaduais, em projetos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

O Plenário do Senado começa a discutir na sessão de hoje a proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina que 25% dos recursos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) repassados aos fundos constitucionais de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste sejam destinados ao financiamento de projetos de infraestrutura econômica, por intermédio dos governos estaduais.

A matéria, de autoria do senador Luiz Otávio (sem partido-PA), recebeu substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deve ser votada em primeiro turno ao final do quinto dia de discussão.

Para Luiz Otávio, os recursos repassados aos fundos constitucionais não vêm sendo aplicados satisfatoriamente, devido à escassez de projetos da iniciativa privada, o que faz com que haja saldos anuais, impedindo um maior incentivo à atividade econômica nas regiões. O senador acredita que os recursos podem ser aplicados com maior eficiência na melhoria dos sistemas de transporte e de energia, por exemplo.

A Constituição de 1988 deter-



Luiz Otávio diz que os recursos dos fundos não são hoje aplicados satisfatoriamente

mina que a União deve entregar 3% da arrecadação do IR e do IPI às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de instituições financeiras regionais. Estabelece ainda que metade dos recursos destinados ao Nordeste seja investida no semi-árido.

Como relator na CCJ, Tebet alterou a proposta original, segundo a qual metade dos recursos enviados exclusivamente à região Norte seria investida em infraestrutura. Segundo o relator, o substitutivo preserva a intenção original de Luiz Otávio, sem comprometer o objetivo da Constituição de garantir recursos para projetos do setor privado.

## Contador do Vasco e ex-juiz serão ouvidos hoje



Mais dois depoimentos estão previstos para hoje, após a Ordem do Dia, na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro. Foram convocados para depor o contador do Clube de Regatas Vasco da Gama, Vanderlei Guilherme Doring, e o ex-juiz de futebol José Carlos Santiago de Andrade, sócio da empresa Luxemburgo Empreendimentos Imobiliários.

O contrato firmado entre o Vasco da Gama e o Bank of America, que motivou a criação da empresa Vasco Licenciamentos (Vaslic), deve nortear o depoimento do contador do clube. Detentora dos direitos de comercialização da marca Vasco da Gama, a Vaslic está sob suspeita de ter efetuado depósitos irregulares no Liberal Bank,



O senador Álvaro Dias é o presidente da CPI que apura irregularidades no futebol

das Bahamas, superiores a US\$ 12 milhões. A operação teria sido autorizada pelo atual presidente do clube, o deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ).

Já José Carlos Santiago deve ser questionado sobre possíveis crimes praticados contra a ordem tributária pelo atual treinador do

Outro item da pauta é o substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao projeto de lei que facilita e regulamenta o acesso de entidades sindicais a registros administrativos. A matéria torna livre e gratuita qualquer consulta de sindicatos a informações enviadas por empregadores a órgãos públicos ou a qualquer outro banco de dados com a mesma fonte de origem. Caso seja aprovado o substitutivo, a matéria ainda será submetida a um turno suplementar.

Os senadores também apreciam em turno suplementar o substitutivo do Senado ao projeto de lei da Câmara que institui a profissão de técnico em segurança patrimonial, responsável por serviços de defesa, conservação e segurança da infraestrutura e dos recursos humanos de organizações privadas. A matéria já foi aprovada pelos senadores e, caso não haja emendas no turno suplementar, volta à Câmara.

A pauta da sessão tem ainda três projetos de decreto legislativo que aprovam atos do Ministério das Comunicações autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária em Mossoró (RN), Morro Redondo (RS) e Barra (BA).

Corinthians, Wanderley Luxemburgo, cuja declaração de renda foi assinada pelo ex-juiz. Ainda não há confirmação, mas o deputado federal Robson Tuma (PFL-SP) também poderá prestar esclarecimentos na mesma sessão sobre as operações de lavagem de dinheiro que estariam sendo acobertadas pela negociação de passes de jogadores. Robson Tuma integrou a CPI do Narcotráfico, que fez investigações sobre essa prática.

A CPI do Futebol também aguarda resposta, nos próximos dias, dos pedidos de quebra do sigilo bancário e fiscal dos presidentes do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda, e do Flamengo, Edmundo Santos Silva, e ainda das federações de futebol de São Paulo e do Rio de Janeiro e dos seus respectivos presidentes, Eduardo Farah e Eduardo Viana.

## Tebet convida procuradores para reunião secreta amanhã

Presidente do Conselho de Ética espera que Guilherme Schelb e Eliana Torelly falem sobre conteúdo da conversa com Antonio Carlos

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), encaminhou ontem convite aos procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly para que participem de uma reunião secreta do conselho, amanhã, às 10h, quando poderão comentar o conteúdo da conversa que tiveram com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Na semana passada, eles foram interrogados pelos senadores, mas se recusaram a falar do conteúdo da conversa.

Tebet informou ainda que indicará, no início da reunião, o nome



Tebet informou ainda que indicará relator para a representação dos partidos de oposição

do senador que irá relatar a representação das oposições sobre a reportagem da revista *IstoÉ*, que no-

ticiou pela primeira vez a reunião de ACM com três procuradores. O terceiro procurador, Luiz Francisco de Souza, confirmou ao Conselho de Ética, também na última semana, que o senador afirmou no encontro possuir "uma lista" de quem votou contra e a favor da cassação do senador Luiz Estevão.

O conselho investiga se realmente o ex-presidente do Senado disse possuir a lista dos votos e de que forma ela teria sido obtida. O requerimento das oposições pede que o conselho julgue se o senador Antonio Carlos feriu o decoro parlamentar nesse episódio.

## Laudo de peritos da Unicamp fica pronto no começo da próxima semana

O laudo técnico sobre a possibilidade de violação no painel eletrônico de votação do Senado na sessão de cassação do então senador Luiz Estevão, em junho do ano passado, estará pronto no começo da semana que vem. A informação foi dada pelo presidente da comissão interna da Casa que investiga o assunto, Dirceu Teixeira, que recebeu a previsão dos quatro professores da Universidade de Campinas (Unicamp) responsáveis pela perícia do sistema.

Teixeira disse esperar que o laudo seja o mais conclusivo possível. A comissão continuará a colher de-

poimentos, no decorrer desta semana, de técnicos responsáveis pelo serviço do painel eletrônico, que são os funcionários do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) e das empresas privadas Kopp, que instalou o painel, e Panavideo, que faz, atualmente, o serviço de manutenção do sistema. Ontem de manhã, os integrantes do colegiado ouviram mais três pessoas, totalizando 15 testemunhas até o momento.

Outra comissão de inquérito administrativo, que apura se o ex-diretor da Secretaria de Comunicação do Senado Fernando Cesar

Mesquita teria fornecido a jornalistas dados bancários e telefônicos sigilosos de Luiz Estevão, também continuará a colher depoimentos durante a semana, segundo informações de seu presidente, o consultor Wilson Theodoro. Na sexta-feira, foram ouvidos os funcionários da Casa que trabalharam na CPI do Judiciário, época em que teria ocorrido o vazamento dos dados. Wilson disse que já está de posse da transcrição feita pelo técnico Ricardo Molina da fita que conteria a gravação da conversa em que Fernando Cesar teria assumido a ação junto aos procuradores da República.

## ACM confirma que vai assinar pedido de CPI

Ao confirmar que pretende assinar o pedido de instalação de comissão parlamentar de inquérito sobre corrupção, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que, se as denúncias já conhecidas forem investigadas, "fatos muito mais graves vão aparecer". "Por isso, quero que as investigações sejam amplas porque vão 'puxar' mais coisas", enfatizou. O senador manifestou a sua satisfação pelo fato de a imprensa vir confirmando, segundo ele, todas as denúncias que fez.

— Isso me traz grande satisfação, por isso estou disposto a assinar o pedido de CPI, embora reconheça dificuldades para obtermos o número necessário de assinaturas no Senado. Cabe à imprensa chamar a atenção dos parlamentares sobre a conveniência de investigar tudo, por meio de uma CPI — afirmou o senador.

Antonio Carlos observou, no entanto, que o governo pode se antecipar à instalação da CPI, "apurando os responsáveis por tantos fatos vergonhosos de corrupção e acionando a Justiça para puni-los".

O senador defendeu uma CPI ampla, dizendo que a tática do PMDB de querer incluir na pauta fatos que o partido tem interesse em apurar é certa. Para ele, o PFL pode, e deve, fazer o mesmo. "O

melhor é investigar tudo, até às últimas consequências", afirmou.

Quanto ao procurador Luiz Francisco de Souza, Antonio Carlos disse que não pretende processá-lo, mas "entregar ao Ministério Público todas as suas contradições, para que o próprio MP tome as devidas providências".

### AUDITORIA

Antonio Carlos Magalhães pediu que o governo realize uma nova auditoria na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Para ele, a primeira auditoria "foi por amostragem" das empresas que receberam financiamento e não chegou "aos tubarões".

— O prejuízo não é só de 108 milhões de reais, como se divulga. É dez vezes maior que isso. Projeto correto na Sudam é exceção, e não regra. Tudo que eu disse sobre a Sudam aconteceu e numa escala bem maior que o governo está admitindo — acrescentou Antonio Carlos.

O senador sustentou que "também estão corretas" suas denúncias sobre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). "É verdade que o DNER está acabando, mas é preciso cuidado com os nomes de quem vai mandar nas agências de transportes, senão vai continuar a mesma coisa", advertiu.

## Bello Parga divulga nota de Roseana sobre irregularidades

Ao reiterar seu protesto contra a inclusão dos membros do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) entre os responsáveis por irregularidades ocorridas naquele órgão, o senador Bello Parga (PFL-MA) divulgou em Plenário nota oficial do governo do estado do Maranhão sobre o assunto. No documento, a governadora Roseana Sarney, uma das integrantes do Conselho Deliberativo, sugere que respondam pelos atos ilícitos os empresários e os funcionários que participaram das fraudes.

"O Ministério da Integração Nacional deveria responsabilizar os empresários que fraudaram projetos e os funcionários que porventura tenham facilitado as irregularidades e não distribuir notícias equivocadas sobre os que aprovaram o projeto num órgão colegiado, em que o mesmo foi apresentado como correto e viá-

vel", afirma na nota oficial a governadora do Maranhão.

De acordo com o documento do governo maranhense, lido pelo senador, Roseana Sarney apóia, incentiva e ajuda qualquer projeto de desenvolvimento que, atendendo às exigências legais e às normas em vigor, deseje instalar-se no estado, gerando emprego e renda. "Com a mesma determinação, denuncio, condeno e punirei qualquer empresa que não se conduza bem", afirma a governadora na nota.

Divulgada na sexta-feira e lida ontem em Plenário, Roseana Sarney explica na nota que o projeto Usimar foi aprovado pelo Conselho Deliberativo porque a análise técnica da Sudam considerou-o correto. Na semana passada, o *Jornal do Brasil* publicou reportagem afirmando que esse projeto, posteriormente suspenso pela Sudam, teve o aval de governadores.

## Ornélas cobra política de desenvolvimento em substituição à Sudam e à Sudene

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) cobrou do governo uma política de desenvolvimento regional que substitua organismos como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O senador baiano acrescentou que o Ministério da Integração Nacional não justificou a própria criação.

Ornélas citou como exemplo da falência do modelo as irregularidades encontradas em uma simples auditoria na Sudam. Para o senador, seria preciso uma investigação completa da Polícia Federal.

O senador disse que a Sudam foi criada à semelhança da Sudene, que no entanto, segundo ele, teve uma gênese diferente: era uma idealização do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste, coordenado pelo economista Celso

Furtado ainda no governo do presidente Juscelino Kubitschek. "A criação da Sudam já é, na verdade, um aspecto da chamada síndrome da



Ornélas: transposição do São Francisco esconde a ineficiência do Ministério da Integração Nacional

simetria, expressão criada pelo professor Diogo Lordello de Mello", explicou.

Waldeck Ornélas disse que há uma tendência de se aplicar a todas as regiões as mesmas soluções, quando problemas diferentes exigem soluções diferentes. Para ele, a transposição das águas do rio São Francisco é um simples biombo para esconder a ineficiência do Ministério da Integração Nacional.





Alcântara observa que o perfil do Senado mudou

## Lúcio Alcântara defende redução do mandato dos senadores

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu em Plenário, ontem, a redução do mandato dos senadores. De acordo com Alcântara, a duração de oito anos é exagerada, e seria resquício, ainda, do tempo do Império. Ele salientou que, à época, o imperador nomeava os senadores, e que, com o advento da República, o mandato passou a ter duração de oito anos, permanecendo, portanto, um caráter de exercício do poder por longo tempo. Alcântara defendeu ainda uma reformulação da competência do Senado, visando ao aperfeiçoamento das instituições políticas do país.

— É muito longo o mandato, o que acaba afastando o representante da sociedade que o elegeu — disse, argumentando também que, de acordo com seus estudos, a produtividade de um senador, em geral, passa a declinar após o quinto ano. Ele quer que o tema seja objeto de debates, e disse ter apoio dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Maguito Vilela (PMDB-GO).

Alcântara, que sublinhou o fato de que a proposta não atingiria o mandato dos atuais integrantes da Casa, realizou um estudo comparado do Senado em vários países. Segundo ele, nos países com regime bicameral, em que o Senado tem competência semelhante à do Senado brasileiro, o mandato não ultrapassa os seis anos, como nos EUA. Na França e no Chile, o tempo de duração do mandato é longo. No Canadá, o cargo de senador é vitalício. Em nenhum desses países, porém, o Senado exerce função análoga à que ocorre no Brasil.

Ainda de acordo com Lúcio Alcântara, o perfil atual do Senado é muito diferente do registrado ao longo da História, como na antiga Roma, onde os chamados anciãos ocupavam os cargos de senadores. “Hoje a média etária é diferente, assim como a atuação parlamentar, que é até mais ousada do que, por exemplo, na Câmara”, afirmou. Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) apoiou as teses de Alcântara.

# Comissão de Infra-Estrutura avalia acidente de Campos

No Plenário, Paulo Hartung pediu reunião conjunta da CAE e da CI para ouvir o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul

A presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS), convocou uma reunião extraordinária para hoje, às 10h, destinada a avaliar o acidente na plataforma P-36, da Petrobras, na Bacia de Campos (RJ). A plataforma sofreu três explosões na madrugada de quinta-feira passada, que a deixaram adernada e resultaram em dez mortes. Participam do encontro os senadores que integram a comissão.

O assunto já foi tema de vários pronunciamentos nas sessões plenárias do Senado. No final de semana, com o bombeamento de 4.100 toneladas de nitrogênio em



Emilia decidiu convocar reunião extraordinária da CI

dois dos compartimentos que estavam inundados, a plataforma parou de afundar. Mas, segundo os técnicos que trabalham em sua recuperação, é ainda necessário retirar sete mil toneladas de água dos compartimentos alagados. A plataforma está segu-

rada em US\$ 500 milhões (pouco mais de R\$ 1 bilhão), no caso de perda total, e US\$ 125 milhões (pouco mais de R\$ 250 milhões) para gastos com reparos e salvamento.

A plataforma, com capacidade para produzir 180 mil barris de óleo por dia, estava operando com 80 mil barris diários. O prejuízo com o acidente é grande, já que a Petrobras terá de

repor a produção da P-36 com importações, ao custo médio de US\$ 30 o barril.

Ontem, em Plenário, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) leu requerimento que apresentou às comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura propondo reunião conjunta, na qual seria ouvido o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul. A proposta de Hartung é que Reichstul preste esclarecimentos sobre os sucessivos acidentes envolvendo a empresa, em especial o ocorrido na plataforma P-36. Segundo o senador, as consequências de natureza ambiental e as mortes de trabalhadores ocorridas em função dos acidentes exigem que se faça “avaliação mais ampla” sobre como a Petrobras está operando.

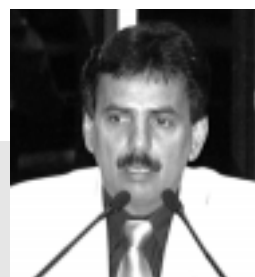
## Ademir pede providências urgentes contra doenças endêmicas no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu ontem providências urgentes do Ministério da Saúde e do governo do Pará contra a proliferação da febre amarela, da dengue e de outras doenças endêmicas em seu estado. Ele disse que já há 270 mil novos casos de malária no Pará desde o ano passado, e que 100 mil pessoas estão ameaçadas pela dengue em Santarém, a segunda maior cidade do estado.

— Não dá para entender que um governador em segundo mandato, médico e ligado ao governo federal e ao ministro da Saúde, não consiga combater doenças já extintas nos países desenvolvidos. É incompreensível que Teresina, capital do Piauí, um estado mais pobre, seja o

referencial da região em saúde pública. Muitas pessoas de Tucuruí, no sul do Pará, procuram atendimento médico em Teresina — relatou Ademir.

O senador paraense elogiou o ministro da Saúde, José Serra, pelo apoio à proibição da propaganda de cigarros, pela definição dos recursos constitucionais destinados à Saúde, pela ação em defesa dos remédios genéricos e por enfrentar os países ricos e fabricar os medicamentos contra a Aids em caráter emergencial, mesmo sem patente. “Mas o ministro precisa dar mais



Ademir elogia ações de Serra, mas quer atenção às doenças endêmicas

atenção ao combate às doenças endêmicas, pois é inaceitável que o país tenha quase extirpado a febre aftosa no gado, mas permita que seres humanos morram de doenças que já deviam estar eliminadas”, frisou.

Em aparte, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) explicou que a responsabilidade por doenças endêmicas no Pará é, em boa parte, municipal. Em outro aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que, também em seu estado, o Mato Grosso do Sul, a dengue e a febre amarela são ameaças.

## Senador manifesta apoio aos auditores do SUS

Ao registrar a posse da nova diretoria da União Nacional dos Auditores Fiscais do Sistema Único de Saúde (SUS), o senador Ademir Andrade (PSB-PA) destacou a atuação do ministro da Saúde, José Serra, na fabricação dos remédios contra a Aids, na defesa dos medicamentos genéricos e na decisão de proibir a propaganda do fumo no Brasil.

Ademir Andrade defendeu a ex-

tensão da proibição de publicidade às bebidas alcoólicas.

— Esse tipo de propaganda não é permitido em países civilizados e o Brasil não pode permanecer atrasado diante da ganância dessas indústrias que se preocupam muito pouco com a saúde do povo, mas muito mais com seus lucros — afirmou.

Ademir manifestou o seu apoio e o do senador Tião Viana (PT-AC)

aos novos membros da diretoria da União Nacional dos Auditores Fiscais e registrou a consideração do ministro José Serra, que atendeu aos seus apelos “e compreendeu alguns erros que estavam sendo cometidos na remontagem da sua estrutura”. Ele informou que os 800 auditores do SUS são responsáveis pela fiscalização da aplicação de recursos que chegam a R\$ 21,5 bilhões no setor da saúde.



Com os projetos, Osmar quer disciplinar as privatizações

## Osmar Dias cobra da CCJ a votação de dois projetos

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) cobrou ontem a votação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de dois projetos de sua autoria que disciplinam as privatizações. Ele informou que os projetos, embora já se encontrem relatados, permanecem sem apreciação pela CCJ desde 24 de abril de 2000.

O primeiro projeto, informou o senador, prevê que todas as concessões de serviços públicos deverão ser precedidas de relatório de impacto econômico e social, que analise, entre outros aspectos, o número de empregos que deverá ser gerado, o custo financeiro aos agentes privados e a arrecadação de impostos. O segundo estabelece que todos os contratos de concessão entre o poder público e o agente privado devem ser publicados integralmente pela imprensa oficial e disponibilizados para qualquer cidadão interessado.

Segundo Osmar Dias, se estivessem aprovados, os projetos teriam evitado, em alguns estados, o verdadeiro “desastre de privatizações” em que governantes, precisando cobrir rombos de caixa, venderam empresas estatais sem nenhuma responsabilidade para com o futuro. Ele condenou, como exemplo, o modelo de privatização adotado no Paraná, envolvendo o Banestado, que foi, na sua opinião, “doado e não vendido” ao Banco Itaú; a companhia de energia elétrica paranaense, Copel, que está em curso, e ainda a instalação de montadoras de automóveis.

— Vou cobrar todos os dias para que esses projetos sejam votados, sejam eles derrotados ou aprovados. Mas não dá mais para continuarem na gaveta, dormindo sem nenhuma consequência — protestou.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) concordou com as críticas de Osmar às privatizações das empresas estaduais, afirmando que, em seu estado duas delas foram ainda piores do que as do Paraná: as do Banco de Rondônia e da companhia energética (Ceron). Ele manifestou-se contrário também à intenção de privatizar a Eletronorte.

# Nabor: Código deu cidadania ao consumidor

Referência concreta na hora em que o cliente vai exigir direitos, lei em vigor há dez anos representa uma autêntica revolução nos costumes e nas relações de comércio e de prestação de serviços, afirma o senador

Para Nabor, os cidadãos sempre foram o lado mais frágil nas relações de consumo e de serviços



A entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor, há dez anos, representou uma autêntica revolução nos costumes e nas relações de comércio e de prestação de serviços no Brasil, afirmou ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Ele destacou que o país criou nesse período uma rede de proteção à cidadania, com a presença de 27 Procons estaduais e atuação em cerca de 600 municipais.

– Defender os direitos do consumidor é, na realidade, lutar pelas mais elementares regras de cidadania, pela autêntica democra-

cia – afirmou Nabor Júnior. O senador, que participou de uma mesa-redonda na TV Senado sobre os 10 anos de existência do Código de Defesa do Consumidor, elogiou a pretensão do governo de criar uma agência nacional reguladora dos direitos dos consumidores, a ser vinculada ao Ministério da Justiça.

De acordo com Nabor, um anteprojeto nesse sentido está sob exame da Casa Civil da Presidência da República. O senador destacou a urgência em estender os organismos institucionais e privados de proteção do consumidor a todos os municípios brasileiros. Segundo

ele, ainda há 5.500 municípios sem acesso a esse serviço.

Nabor Júnior acredita que todas as conquistas do consumidor podem ser englobadas na palavra cidadania. Para o senador, as mudanças atingiram desde as operações do varejo até os grandes negócios. “O Código passou a ser uma referência concreta para o consumidor exigir direitos e não se deixar iludir por propaganda enganosa”, afirmou.

Segundo Nabor Júnior, os cidadãos sempre foram o lado mais frágil nas relações de consumo e de serviços e, com a nova legislação, passaram a exigir respeito.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 – *Cidadania* – Sen. Nabor Júnior e o diretor do Departamento de Defesa do Consumidor, Roberto Freitas Filho, falam sobre os direitos do consumidor  
7h30 – *Entrevista* – Sen. Arlindo Porto fala sobre a febre aftosa e o comércio exterior  
8h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia  
8h30 – *Saúde/Unip* – O coração  
9h – *As Cores do Brasil* – Ceará  
9h30 – *Entrevista* – Sen. Carlos Patrocínio fala sobre a construção civil e habitação  
10h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – Reunião extraordinária para discutir o acidente na plataforma da Petrobras, ocorrido na Bacia de Campos (vivo)  
12h30 – *Entrevista* – Sen. Arlindo Porto fala sobre a febre aftosa e o comércio exterior  
13h – *As Cores do Brasil* – Espírito Santo  
13h30 – *Cidadania* – Sen. Nabor Júnior e o diretor do Departamento de Defesa do Consumidor, Roberto Freitas Filho, falam sobre os direitos do consumidor  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
Logo após – CPI do Futebol – Depoimento de Vanderlei

G. Doring, contador-geral do Vasco da Gama e José Carlos Santiago de Andrade, ex-juíz de futebol (vivo)  
21h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia  
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

10h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação  
24h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## TV Senado mostra o que está sendo feito na educação para o consumo

O programa *Cidadania* que a TV Senado exibe hoje discute os dez anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor. O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e o diretor do Departamento de Defesa do Consumidor (órgão do Ministério da Justiça), Roberto Freitas Filho, concordam que o mais importante é a conscientização do consumidor. Para orientar o público, Roberto Freitas explica que o Ministério da Justiça acaba de lançar uma campanha de educação para o consumo, que retrata situações do cotidiano e ensina o cidadão a reclamar e se defender. O *Cidadania* vai ao ar às 6h30 e 13h30.

Febre aftosa e comércio exterior são os temas abordados pelo



Arlindo, um dos entrevistados pela TV Senado, vê oportunidade para o Brasil na exportação de carne bovina

senador Arlindo Porto (PTB-MG) no programa *Entrevista*. Arlindo Porto acredita que o Brasil pode ser beneficiado no mercado de exportações da carne bovina. A febre aftosa voltou a aparecer na

Argentina e nos países da União Européia. O senador lembra ainda que o Brasil produz o chamado boi verde, aquele criado apenas com pasto e outros alimentos vegetais, o que livra o gado brasileiro do risco de contrair a doença da vaca louca. O programa será exibido pela TV Senado às 3h30, 7h30 e 12h30.

O programa *Entrevista* das 9h30 recebe o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) para uma conversa sobre construção civil e habitação. O senador defende o fortalecimento da construção civil para resolver o déficit habitacional no país. Ele argumenta que o crescimento dessa área geraria emprego e renda para a mão-de-obra não qualificada.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

#### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

#### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

## Lúcio Alcântara destaca papel do bibliotecário na era da informação

Pela passagem do Dia do Bibliotecário, comemorado no último dia 12, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) prestou uma homenagem à categoria. A homenagem, explicou Alcântara, leva em conta a aceleração verificada nas intensas mudanças recentes na ciência da informação, área na qual atuam. Alcântara destacou a importância que a informação vem ganhando desde a Segunda Guerra Mundial. “Nunca fomos tão pródigos na geração de dados e nunca dependemos tan-

to da informação”, disse.

O senador lembrou que desde descobertas arqueológicas até a recente decifração do código da vida o patrimônio cultural da humanidade ficou mais rico. A grande quantidade de dados em circulação tem, segundo o senador, implicações para o indivíduo e para a sociedade. Em alguns casos, alertou, o consumidor chega perto da “infodependência”. Alcântara destacou que a Internet, que há dez anos tinha 50 sites e hoje possui 10 milhões, tem por trás

de sua tecnologia e de seus portais de busca – como o Yahoo! e o Cadê? – o talento de bibliotecários.

O senador elogiou, ainda, o trabalho realizado pelos profissionais da Biblioteca do Senado Federal, dos quais afirmou ter a melhor impressão. “Homenageio todos os profissionais de biblioteconomia, trabalhadores pioneiros do conhecimento que, graças a sua competência e dedicação, crescem em respeitabilidade e importância para toda a sociedade”, afirmou.

Para Lauro, o Brasil está "cercado de perigos por todos os lados"



## Lauro Campos adverte que país caminha para a crise

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou o governo por, seguindo o modelo neoliberal, buscar de qualquer maneira o superávit primário e honrar os pagamentos da dívida pública. Ele lembrou que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, quando senador, dizia que era impossível pagar a dívida pública e equilibrar o orçamento. "O FMI também achava isso, tanto é que só deu quatro meses de vida ao Plano Real, em 1994", afirmou.

O neoliberalismo, segundo o senador, faz com que o governo seja responsável por todas as consequências das crises: aumento do desemprego e das falências, quebra de bancos, diminuição dos lucros, desvalorização das terras e baixo nível de produção. Lauro advertiu que o Brasil está caminhando para uma crise econômica e que está se esgotando o estoque de medidas que o governo apresenta periodicamente, e que o tempo logo desmoraliza.

Para o senador, o Brasil está "cercado de perigos por todos os lados". Ele citou a crise na Argentina, "onde até os aposentados vão para a rua, levantam a bandeira de quem se recusa a morrer de fome, tal como acontecerá no Brasil, onde mais uma mordida nos aposentados está sendo preparada pelo governo".

A situação dos Estados Unidos também foi comentada por Lauro Campos. Ele disse que o país está exibindo a falência dos mecanismos fundamentais que sustentaram o capitalismo norte-americano durante muitas décadas. Registrou que há três anos, quando a dívida pública dos EUA atingiu US\$ 5,4 trilhões, o então presidente Bill Clinton prometeu que em 2012 o país equilibraria suas contas. "Para isso era preciso restringir os gastos do governo em cerca de US\$ 500 bilhões por ano, mas a experiência não durou três anos", comentou Lauro. Segundo ele, George W. Bush percebeu que tentar equilibrar as contas seria o caminho da crise, do desemprego e das agitações nas bolsas de valores.

# Ricardo Santos defende reforma tributária

Senador propõe a busca de sistema mais racional, com a redução dos impostos sobre o consumo para apenas dois – um sobre valor adicionado, em nível estadual, e um seletivo, de âmbito federal

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) afirmou ontem que é possível realizar uma reforma tributária sem restringir as escolhas a duas soluções extremas: manter o que já existe ou partir para o "ideal tributário". Para Santos, é preciso, a médio prazo, buscar um sistema tributário mais racional, com menor número de tributos, mais justo socialmente, com menor carga tributária sobre os assalariados e os mais pobres, e menos oneroso para o sistema produtivo.

Santos lembrou que a Proposta de Emenda Constitucional 175, de autoria do Poder Executivo, que trata da reforma tributária, já está tramitando no Congresso Nacional

há quase seis anos, apesar de todos concordarem com a sua prioridade. "Entendemos que reescrever de uma única penada um código tributário não tem precedentes em ambiente democrático, no Brasil ou no exterior", reconheceu o senador. "Ou seja, trata-se de uma sistemática que desconhece a natureza normalmente evolutiva das instituições públicas e, em particular, dos sistemas tributários."

Segundo Ricardo Santos, o Brasil pratica níveis exagerados de tributação sobre o consumo, o que traz como consequência a perda de funcionalidade do próprio sistema tributário, gerando também o incentivo à sonegação

desses impostos e contribuições. Santos defendeu a redução dos impostos sobre o consumo para apenas dois: um imposto sobre valor adicionado em nível estadual e um imposto seletivo sobre o consumo, de âmbito federal. Ele ainda sugeriu a elevação da arrecadação do imposto sobre a renda da pessoa física por meio do aumento do número de contribuintes, do alcance mais efetivo da renda do capital e da ampliação da base do imposto.

– Estamos, obviamente, falando



Santos quer reduzir a carga tributária sobre os mais pobres

de uma maior participação dos rendimentos provenientes do capital ou segmentos mais abastados da sociedade na composição da receita do Imposto de Renda, podendo-se com isso reduzir gradativamente a carga tributária média sobre os mais pobres e sobre os assalariados, através da menor incidência do imposto sobre o consumo e do próprio Imposto de Renda sobre os assalariados, que hoje respondem pela maior parcela da arrecadação desse tributo – explicou Santos.

## Senador critica MP que exclui produção de aguardente do Simples

A medida provisória (MP) que exclui a indústria artesanal de aguardente da opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) foi criticada ontem pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Ele pediu a reedição da MP com a correção desse erro. Como decorrência da exclusão, explicou, todos os be-

nefícios oriundos do regime tributário especial se extinguíram, passando essa indústria a ser tratada como as grandes empresas de bebidas.

O senador afirmou que o impacto da exclusão do Simples atinge a indústria artesanal de aguardente em três pontos cruciais: aumenta o recolhimento de tributos incidentes sobre o faturamento, sobre o lucro e sobre a folha de pagamento. De acor-

do com Santos, simulação realizada pela Cooperativa dos Produtores de Aguardente do Sul do Espírito Santo mostra que, para uma empresa com nível de produção mensal de 12 mil litros, quatro funcionários e faturamento de R\$ 10.080/mês, haveria um aumento de 787% nos tributos incidentes sobre faturamento e lucro, e o aumento da carga tributária sobre a folha de pagamento seria de 400%.

Para o senador, a medida contradiz o Programa Especial de Exportações, que incluiu a aguardente entre os produtos a serem estimulados. Ele argumentou também que a produção da aguardente reflete o que se passa na pequena produção rural, onde se trabalha na informalidade, com poucas chances de se regularizar, e afirmou que o Simples vinha reduzindo o nível de informalidade.

## Parga sugere criação do Imposto sobre Movimentação Financeira

O senador Bello Parga (PFL-MA) pediu em Plenário, ontem, a aprovação de proposta de emenda constitucional (PEC) de sua autoria que institui o Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF). A matéria, segundo o parlamentar, tramita no Congresso desde 1999, mas poderá



Bello Parga quer incluir IMF na discussão da reforma tributária

ser discutida e analisada quando o Senado for apreciar, dentro de alguns meses, a reforma tributária. Ele sustentou que sua iniciativa aperfeiçoa a atual Contribuição Permanente sobre Movimentação Financeira (CPMF), pois "trata-se de um modelo mais bem talhado do que o existente, e poderá reunir mais vantagens do que desvantagens".

Bello Parga citou o ex-senador Roberto Campos, um dos defensores do IMF, para ilustrar as vantagens de sua PEC. Ele explicou que Campos insistia nas vantagens do imposto, alegando que, apesar de ter como principal defeito a cumu-

latividade ao longo dos elos produtivos da economia – o chamado efeito cascata – traz muito mais vantagens que a CPMF, pois, além de recair infalivelmente sobre aqueles que sonegam, é um precioso indicador para as autoridades do fisco, ao apontar as discrepâncias entre a renda declarada e as altas movimentações bancárias.

Para o senador o IMF, entre outros benefícios, é um imposto fácil de cobrar e não causa sobrecarga burocrática a quem paga, diminuindo as oportunidades de corrupção e eliminando a vantagem competitiva dos sonegadores. Ademais, acrescentou, um imposto tipo IMF causa uma certa progressividade tributária, já que quem movimentar mais dinheiro paga mais, e os produtos consumidos pelas classes de alta renda, os mais sofisticados, têm estágios mais longos de produção.

– A sociedade clama por justiça

fiscal e minha proposta é um passo adiante para conquistá-la – ressaltou, acrescentando ser o IMF uma espécie de "imposto mínimo", de caráter permanente, com alíquota majorada para até 1%, podendo ser deduzido do Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, ao mesmo tempo que é restituível para as pessoas isentas desse tributo.

Bello Parga disse ainda que, quan-

do da análise da reforma tributária, pretende fazer uma ampla explanação sobre sua PEC. Ele pediu aos demais senadores que apresentem comentários, críticas e contribuições para aperfeiçoá-la. "Creio que o IMF, na forma como eu o apresento, poderia ser melhor aquilardado no contexto de uma discussão em torno de uma reforma tributária de certa amplitude", acentuou.

## Hartung pede ajuda de Jader para aprovar correção da tabela do IR

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) pediu ontem em Plenário o apoio do presidente do Senado, Jader Barbalho, para uma rápida aprovação pela Câmara de projeto de sua autoria que corrige a tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física, já aprovado pelo Senado. Ele disse que a proposta vai corrigir uma "enorme injustiça" contra o assalariado brasileiro, uma vez que há cinco anos a tabela não é corrigida pelo governo.

– Isso é uma bandeira de todos nós, e o novo presidente da Casa poderia nos ajudar, até porque ele é líder de um partido que tem uma grande bancada na Câmara – afirmou Hartung. A afirmação do parlamentar foi feita em aparte ao discurso do senador Bello Parga (PFL-MA), após parabenizar o parlamentar maranhense pela iniciativa de trazer ao debate as discussões sobre as altas cargas tributárias impostas à população brasileira.

# Hartung propõe a convocação de José Jorge para falar sobre crise de energia

Senador requer comparecimento do novo ministro de Minas e Energia à CAE para saber o que o governo está fazendo para afastar os riscos de desabastecimento de eletricidade

O perigo de racionamento de energia preocupa o senador Paulo Hartung (PPS-ES), que comunicou ontem a apresentação de requerimento para que o novo ministro de Minas e Energia, José Jorge, compareça à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a fim de relatar como o governo pretende atuar nessa área. Para Hartung, a falta de investimentos explica por que a ampliação da capacidade geradora de energia foi insuficiente para acompanhar a demanda.

Os reservatórios das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão com 38% da sua capacidade e especialistas afirmam que serão inevitáveis medidas de racionamento se esse nível não aumentar até o fim de abril, quando termina o período das chu-

vas, disse Hartung. Ele apontou o apagão ocorrido no último dia 7 no Pará, no Maranhão e no Tocantins como um alerta do que pode ocorrer.

— O governo precisa explicar ao país por que os gastos com a expansão da oferta de energia despenham nos últimos 13 anos. Em 1987, foram investidos no setor algo em torno de R\$ 16 bilhões. No ano passado, não passaram de R\$ 3 bilhões, enquanto, no mesmo período, houve um crescimento do consumo nacional da ordem de 5% ao ano — disse o senador.



Paulo Hartung atribui os problemas atuais à queda nos investimentos

De acordo com Hartung, o primeiro erro cometido pelo governo foi o corte nas despesas das estatais, para cumprir o ajuste fiscal acertado com o FMI. Na visão do senador, é preciso agora suspender a privatização das empresas de energia, inclusive de Furnas, Eletronorte e Chesf, e direcionar os investimentos privados para a produção de energia nova.

Ele propôs ainda a construção de miniusinas de até 40 megawatts e a aceleração, por intermédio da Eletrobrás, da interligação entre as

novas fontes geradoras e as malhas de distribuição nos centros de consumo, com a criação de um sistema capilar de transmissão. Hartung acrescentou que o Brasil possui uma das tarifas de energia mais caras do mundo e que elas tiveram após o Plano Real um aumento de 151,77%, enquanto a inflação subiu 88,09%.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) disse ter plena confiança de que o ministro José Jorge irá buscar em pouco tempo uma solução para o problema. Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o quadro exige vontade política e a busca de alternativas, e o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) enfatizou que se deve acelerar a potencialização da linha de Itaipu para o Sudeste.

## Jucá pede maior prazo para rolar contratos do FNO

Em ofício que enviou ao presidente da República, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) solicita que seja estendido até o fim de abril o prazo de refinanciamento de contratos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). O



Romero Jucá pediu ao presidente a ampliação do prazo

objetivo é permitir que um maior número de pessoas sejam beneficiadas pela Lei 10.177, que prevê a repactuação dos contratos.

Segundo Jucá, cerca de 150 mil pequenos produtores recorrem a empréstimos na região amazônica e grande parte deles está inadimplente. Somente em Roraima, disse, mais de 98% dos que optaram pelo financiamento não tomaram conhecimento da possibilidade de revisão dos contratos.

No Acre, acrescentou o senador, instituições representativas de trabalhadores só souberam da possibilidade de repactuação quando faltavam apenas dez dias para que se encerrasse o prazo.

## ACM critica situação de estradas federais na Bahia

O estado precário da grande maioria das estradas federais na Bahia e a “absoluta indiferença do governo federal, em especial do Ministério dos Transportes”, foram motivo de protesto, ontem, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Com base em avaliação feita pelo governo federal, ele revelou que, dos 4,8 mil quilômetros de estradas federais na Bahia, 2,9 mil quilômetros estão em estado precário. Apenas 14% apresentam boas condições de uso.

Antonio Carlos lembrou que o assunto “não é novo nem desconhecido do governo”, pois, nos últimos cinco anos, as estradas federais estiveram presentes 17 vezes nas pautas dos encontros entre os governos baiano e federal. E lamentou que pouco tenha sido feito para melhorar a situação das rodovias, apesar de o presidente Fernando Henrique, já no dia da posse para o primeiro mandato, em 1º de janeiro de 1995, ter recebido um relatório minucioso sobre o problema.

— Até novembro de 2000, de um total de mais de R\$ 184 milhões originalmente autorizados para investimento na área de transporte na Bahia, apenas 34% foram empenhados, e somente 20%, foi efetivamente pago. Muito pouco, se comparados com o total de R\$ 527 milhões

estimados para reestaurar a malha federal do estado. É o segundo menor percentual de execução orçamentária na área de transporte entre os estados nordestinos. No Sudeste, São Paulo obteve 78%. No Sul, Santa Catarina obteve 81% — comparou o senador.

Outro problema apontado por Antonio Carlos é a deterioração das estradas estaduais, causada pelo desvio do fluxo de tráfego das estradas federais. “Por não serem projetadas para o transporte pesado, deterioram-se com o tráfego de carretas que fogem das estradas federais”, observou. Segundo o senador, sempre que é instado a falar sobre o assunto, o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, reconhece o estado precário das estradas federais da Bahia. “Contudo, sua avaliação não tem se traduzido em ações e resultados concretos”, disse.

### APARTES

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) assinalou que é necessário um tratamento mais atento e uma discussão mais aprofundada sobre as



Segundo Antonio Carlos, outros estados têm obtido melhor tratamento

dívidas interna e externa brasileiras, pois entende que os R\$ 560 milhões necessários à recuperação das estradas federais na Bahia são uma quantia pequena, quando comparada aos bilhões pagos somente de juros das dívidas.

Moreira Mendes (PFL-RO) disse que o descaso do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) não é um privilégio da Bahia, pois Rondônia também sofre o mesmo tratamento. Segundo Moreira, apenas a BR-364 recebe “relativa atenção” por parte do DNER. Para o senador, o Ministério dos Transportes “não pode ser mais o ministério que atende apenas aos interesses do PMDB”.

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) disse que o protesto de Antonio Carlos “reflete a preocupação de todos os baianos”. Ele reclamou ainda da falta de definição, por parte do Ministério dos Transportes, sobre a hidrovia do rio São Francisco. Segundo Ornélas, a hidrovia faz parte de todos os planos de obras do governo federal.

## Mozarildo quer instalar CPI das ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez ontem um apelo para que as lideranças partidárias no Senado indiquem logo integrantes para o funcionamento da comissão parlamentar de inquérito (CPI), já aprovada, que vai examinar o papel das organizações não-governamentais (ONGs) no país. Segundo ele, há denúncias gravíssimas sobre entidades que estariam vendendo terras na Amazônia, usando até mesmo a Internet.

Mozarildo diz que, depois de pressionarem pela demarcação de extensas áreas indígenas — em Roraima, 88% das terras são reservas para índios ou parques nacionais —, essas organizações estão agora querendo vender o resto, violando os direitos de pequenos proprietários de terras e ludibriando o governo.

Mozarildo afirmou não ser contrário ao funcionamento de ONGs no país, por entender que algumas delas fazem um trabalho meritório. “Queremos separar o joio do trigo, identificando aquelas que estão a soldo de interesses estrangeiros. Para atingir esse objetivo, nada melhor do que instalar uma CPI, que dispõe de poderes iguais aos das autoridades judiciais”, disse.

Em apartes, os senadores Moreira Mendes (PFL-RO), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Ramez Tebet (PMDB-MS) alertaram o Plenário para o fato de a soberania brasileira estar ameaçada pela atuação, sem freios, das ONGs na Amazônia. Para o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), é preciso apurar, também, a influência dessas organizações sobre o governo brasileiro e as políticas nacionais referentes ao meio ambiente e aos índios.

Heloísa Helena (PT-AL) prometeu atuar em favor da indicação imediata de senadores do Bloco Oposição para a CPI. “Aproveito a oportunidade para renovar o apelo, a todos os senadores, para assinarem o requerimento para a instalação de uma CPI destinada a apurar indícios de crimes contra a administração pública”, afirmou Heloísa.



Mozarildo aguarda a indicação dos líderes partidários